

álvaro pereira

ANC 88
Pasta 15 a 19
fev/87
014

Governo quer apoio político

A deputada Bete Mendes, do PMDB de São Paulo, passou a semana recolhendo assinaturas para um documento que pretende apresentar nos próximos dias ao presidente da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Ela pede no documento que Câmara e Senado sejam convocados extraordinariamente, a fim de que deputados e senadores possam discutir, no fórum adequado do Congresso Nacional, os grandes problemas que afligem o país: inflação galopante, dívida externa, a ausência de uma política econômica que substitua o Plano Cruzado. Entende a deputada por São Paulo, uma antiga militante do PT, que os políticos — e especialmente os políticos do PMDB — precisam ajudar o presidente Sarney a encontrar uma saída para a crise econômica que atinge o governo e as instituições políticas.

Outros fatos políticos ocorridos ao longo da semana revelariam que essa não era uma preocupação exclusiva da deputada por São Paulo. Reunidos na quarta-feira, em Brasília, líderes da expressão dos senadores José Richa, Mário Covas e Severo Gomes chamaram a atenção para as consequências políticas que poderão advir de um quadro econômico cada vez mais grave. Estima-se que o descongelamento de preços apenas iniciado irá levar, fatalmente, a índices de inflação superiores a 15 por cento ao mês, nos próximos três meses. E só após esse período, com os preços afinal realinhados, o governo estaria em condições de tentar um novo choque ortodoxo ou heterodoxo para conter o surto inflacionário.

Na mesma quarta-feira, o próprio presidente Sarney comentaria com um grupo de deputados de São Paulo, que foram visitá-lo no Palácio do Planalto, que «a crise é mais política do que econômica». Ressentia-se o presidente de uma base sólida de apoio político que lhe permitisse encaminhar, com segurança, soluções para todos esses problemas. Faltava-lhe, no Congresso, a necessária coesão das forças políticas que integram a Aliança Democrática: PMDB e Frente Liberal se perdiam na procura inútil de um responsável pelos males da economia, esquecidos de que eram os avalistas de um projeto maior, o da transição política para a democracia.

Por várias vezes, o pacto que levou à formação da Aliança Democrática e à eleição do presidente Tancredo Neves esteve ameaçado de ruptura, ao longo da semana. O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, um dos principais líderes da Frente Liberal, dizia em entrevista bombástica que os responsáveis pela condução da política econômica do governo haviam agido demagogicamente, quando, nas eleições do ano passado, se aproveitaram da popularidade de um Plano Cruzado já em declínio para beneficiar o PMDB. Foram palavras duras, mas que traduziam fielmente o

sentimento da maioria dos liberais em relação a seus colegas peemedebistas. O PFL, que perdeu para o PMDB a condição de gestor da economia, não se sente agora no dever de se solidarizar com uma equipe econômica em dificuldades.

Com efeito, a reação dos liberais era previsível e até compreensível. Afinal, não se paga pelo que não se fez — e o PFL pouco tem feito para influir nas decisões de um governo que é levado, pelas circunstâncias, a se identificar cada vez mais com as teses peemedebistas. Surpreendente seria o comportamento de alguns setores do próprio PMDB, que passaram também a criticar os desacertos da economia e até a ameaçar um rompimento com o governo, quando o melhor teria sido apresentar alternativas concretas para resolver ou pelo menos amenizar a crise.

Falta ao PMDB, na verdade, uma diretriz partidária em relação a essa nova e adversa conjuntura econômica pós-cruzado. Assim como o governo perdeu prestígio e credibilidade ao anunciar, apenas cinco dias após as eleições, o descongelamento gradual de preços e tarifas, o PMDB poderá estar incorrendo no mesmo erro se não adotar um comportamento firme e transparente. Não há como negar a dose de responsabilidade pela edição e execução do Plano Cruzado, da mesma forma que não se entende que o partido, agora, não apresente uma alternativa de política econômica que permita ao governo conter a inflação e renegociar a dívida externa.

O PMDB, que recebeu votação consagrada nas últimas eleições, não pode se esquecer de seus compromissos com o governo e, principalmente, com a transição democrática.

Reforma do Ministério

Um dos principais assessores do presidente Sarney garantia, no fim de semana, que haverá mudanças no Ministério daqui a um ou dois meses. Não seria uma mudança completa e, por isso, não teria a característica de uma reforma. O que o presidente pretende é trocar algumas peças que não estão funcionando bem ou que perderam a sua função na máquina do governo. Alguns sairiam porque não estão correspondendo, administrativamente; outros porque perderam as suas bases de sustentação política nos estados.

De qualquer forma, o presidente só irá se deter no exame do assunto a partir do dia 15 de março, quando tomam posse os novos governadores.

PRESIDÊNCIA DO PMDB

O deputado Ulysses Guimarães tem confidenciado a amigos que está pensando em se licenciar da presidência do PMDB, provavelmente em março, para se dedicar exclusivamente às presidências da Câmara e da Constituinte. Neste caso, a presidência do PMDB seria exercida, interinamente, por um político a ser indicado pelo governador eleito do Rio Grande do Sul, Pedro Simon.

Frase

Do ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil da Presidência: «Eu também sou favorável à Constituinte exclusiva. Para mim, a Constituinte deveria se dedicar exclusivamente ao trabalho de discutir e votar a nova Constituição».